

A NECESSIDADE DE INSERÇÃO DO COMPONENTE CURRICULAR DE EDUCAÇÃO DO CAMPO NA MATRIZ DO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA DO IFBA, *CAMPUS* VITÓRIA DA CONQUISTA - BA

Richardson Alves Santos¹
Ester da Cunha Meira Santos²
Rafael Maciel Sousa Prado³
Lázaro Amaral Sousa⁴
Camila Timpani Ramal⁵

RESUMO

A Educação do Campo surge de um processo de reafirmação identitária dos povos camponeses, reivindicando uma política educacional voltada às suas comunidades. Diante disto, nasce também a necessidade de ter professores capacitados para atuar nas diferentes modalidades de ensino e regiões, através de metodologias específicas que contemplem a realidade dessas pessoas. Esta temática é fruto de uma demanda que a própria formação de professores requer, pois estes devem ter consciência da importância de sua profissão como possibilidade de desenvolvimento social e coletivo. Para analisar a demanda de professores que compreendam as especificidades da Educação do Campo, foi feito um levantamento a respeito das escolas que oferecem Ensino Médio regular nos distritos da cidade de Vitória da Conquista – BA, promovendo uma discussão sobre a temática e sua relevância social. Este trabalho tem por objetivo apresentar a necessidade da inserção do componente curricular de Educação do Campo no curso de Licenciatura em Química do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBA, campus Vitória da Conquista. Os conteúdos teóricos que nos referenciam ao longo desta pesquisa incluem Ramal (2016), Caldart (2008), Ghedin *et al* (2012), Leite (2002), Moreira (2001) e Machado (2017).

Palavras-chave: Educação do Campo, Formação de Professores, Componente Curricular.

INTRODUÇÃO

Ao analisarmos a historiografia da educação rural no Brasil, vemos que esta nunca esteve entre os principais vieses das políticas públicas educacionais do país. Às escolas do

¹ Graduando do Curso de Licenciatura em Química do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBA, richardsonalves12@gmail.com;

² Graduanda do Curso de Licenciatura em Química do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBA, cunha_ester@hotmail.com;

³ Graduando do Curso de Licenciatura em Química do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBA, rafaelmacielsk8@gmail.com;

⁴ Graduando do Curso de Licenciatura em Química do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBA, lazaroamaral1000@gmail.com;

⁵ Professora orientadora: Doutora pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista – UNESP, camilaramal@ifba.edu.br.

campo sempre se delegou um modelo urbanístico de educação que em nada respeita a cultura, vocabulário, modo de vida, e a formação mediada pelo trabalho, trazendo concepções deslocadas da realidade dos povos camponeses.

No bojo da educação rural, ainda em meados dos Séculos XIX e XX, encontramos uma concepção permeada por pragmatismo e utilitarismo educacional, constituída por um projeto nacionalista histórico e social entranhado em concepções políticas de cunho coronelista e paternalista, que via o homem rural como um ser inferiorizado (RAMAL, 2016).

Em contraposição a este modelo histórico de concepção educacional elitista, e num processo de reafirmação identitária do homem do campo, a Educação do Campo nascida no bojo das pressões dos movimentos sociais, já em meados do final do século XX, reivindica uma política educacional voltada às comunidades camponesas, através da junção das lutas dos Sem Terra, que buscavam a implantação de escolas nas áreas de reforma agrária e das lutas de resistência de diversas organizações camponesas para não perderem seu território, suas escolas, suas experiências de educação e sua identidade (CALDART, 2008).

Nesta perspectiva, surge também a necessidade de se formar professores capacitados que possam conduzir e criar processos pedagógicos inclusivos e significativos às populações do campo. Esse profissional deve valorizar a cultura camponesa e ser atuante na realidade em que está inserido, pois suas práticas serão instrumento de transformação, conscientização e empoderamento (GHEDIN et al., 2012).

A cidade de Vitória da Conquista – BA vem se consolidando como um importante polo educacional, tanto na região sudoeste da Bahia quanto no norte de Minas Gerais, mantendo fortes relações com sua zona rural, através dos seus 11 distritos e dos municípios circunvizinhos (PMVC, 2019). Destes distritos, 10 possuem Ensino Médio regular, tendo a oferta do componente curricular Química, e todos possuem escolas municipais, para o Ensino Fundamental regular, contendo o componente curricular Ciências.

No segundo semestre de 2011, foi implantado o curso de Licenciatura em Química no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBA, *campus* Vitória da Conquista, com o intuito de formar professores qualificados para atuar na Educação Básica em escolas de toda a região. Existe uma grande demanda destes profissionais aptos para lecionar e compreender os povos camponeses, tendo em vista as escolas municipais, estaduais e seus anexos na zona rural.

Ao analisarmos o Projeto Pedagógico Institucional do IFBA, observou-se que a missão desta instituição é “promover a formação do cidadão histórico-crítico, oferecendo ensino, pesquisas e extensão com qualidade socialmente referenciada, objetivando o desenvolvimento

sustentável do país” (IFBA, 2013, p. 27). Em contrapartida, ao analisarmos o Projeto Pedagógico do Curso, foi observado a inexistência de um componente direcionado a discussão sobre a Educação do Campo, tampouco menção desta temática nas ementas de outros componentes, gerando lacunas na formação dos futuros professores, que também estarão aptos a atuar como docentes da área de química em escolas da zona rural.

Desta forma, tomaram-se por objetivos deste trabalho, além da discussão acerca do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), a análise de documentos, leis, diretrizes e normas educacionais existentes no país referentes à Educação do Campo. Foi fundamental um estudo a respeito da relevância social e das especificidades desta temática, através de uma perspectiva histórica e de seus principais teóricos, para entendermos a necessidade da formação de profissionais comprometidos com o ensino, a valorização e o respeito dos povos do campo.

Torna-se incompreensível o fato de uma temática tão importante ainda não ser discutida com o enfoque que merece na matriz deste curso. Muitas vezes é reduzida a um apêndice da educação urbana formal, ou simplesmente esquecida no meio acadêmico, em razão do completo desconhecimento dos professores formadores e daqueles que ainda estão se graduando, resultando em uma formação completamente deslocada da realidade que a cerca. De acordo a Antunes-Rocha (2011, p. 395), “a realidade do campo exige um educador que tenha compromisso, condições teóricas e técnicas para desenvolver as práticas e ideias que forjaram o meio e a escola rural”.

Assim sendo, é fundamental a inserção de um componente curricular denominado Educação do Campo, na matriz do curso de Licenciatura em Química do IFBA, para que através deste, sejam formados professores que em suas práticas proporcionem a valorização das pessoas do campo e a preservação de suas identidades. Além de que, um dos objetivos traçados no projeto pedagógico deste curso é “contribuir para a formação de cidadãos críticos, éticos, solidários, criativos, cientes de seu papel para a melhoria das condições de vida da sociedade em que está inserido” (IFBA, 2017, p. 15).

METODOLOGIA

O desenvolvimento de uma pesquisa científica exige compromisso, esforço e dedicação, pois além de compreender a situação a ser investigada, o pesquisador deverá construir novos conhecimentos. Sendo assim, este deve ter cuidado ao definir o percurso

metodológico, já que “[...] a metodologia é o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade” (MINAYO, 2012, p. 16).

Em razão dos objetivos estabelecidos neste trabalho, optou-se em realizar um estudo descritivo e exploratório, orientado pelos pressupostos da pesquisa qualitativa em educação, com a utilização da pesquisa bibliográfica, em consonância com outros procedimentos de levantamento de dados, como a análise documental e a etnografia.

Grande parte dos estudos que são realizados no campo da educação possui a natureza descritiva. O foco central destes estudos está no desejo de conhecer as comunidades, suas gentes, seus traços característicos, seus problemas, sua educação, suas escolas e seus professores. (TRIVIÑOS, 2011).

De acordo Deslauriers e Kérisit (2010), a pesquisa qualitativa de natureza exploratória possibilita familiarizar-se com as pessoas e suas preocupações. Nesta concepção, para Gil (2008) são realizadas normalmente quando o tema escolhido é pouco investigado.

A pesquisa bibliográfica, assim como orienta Gil (2008), se pautará por meio da análise de livros e artigos científicos de autores referência no tema. Vale lembrar que “qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto” (FONSECA, 2002, p. 32).

Ao longo dos procedimentos de pesquisa, para se refletir acerca das especificidades culturais dos povos do campo, utilizou-se de uma análise etnográfica, pois

A etnografia como abordagem de investigação científica traz algumas contribuições para o campo das pesquisas qualitativas, em particular para os estudos que se interessam pelas desigualdades sociais, processos de exclusão e situações sóciointeracionais, por alguns motivos entre eles estão: [...], preocupa-se com uma análise holística ou dialética da cultura, isto é, a cultura não é vista como um mero reflexo de forças estruturais da sociedade, mas como um sistema de significados mediadores entre as estruturas sociais e as ações e interações humanas (MATTOS, 2011, p. 50).

Por fim, quanto á análise documental, temos que, os documentos são recursos importantes de pesquisa e por meio destes, pode-se encontrar evidências que sustentem as afirmações e informações sobre o contexto pesquisado (LÜDKE; ANDRÉ, 1986). Nesta lógica, selecionaram-se documentos inerentes à Educação do Campo, como leis, decretos, resoluções e diretrizes. Buscou-se analisar também a demanda de professores de Química nas escolas do campo da cidade de Vitória da Conquista – BA. Além disto, discutiu-se acerca do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) do IFBA e do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Química, para verificar a abordagem dada a esta temática nos preceitos da instituição.

DESENVOLVIMENTO

Nas comunidades humanas, as primeiras formas de educação centraram-se sempre no berço familiar. “Na economia camponesa, mesmo em nossos dias, a sede da aprendizagem social e para o trabalho continua sendo a família” (ENGUITA, 1989, p.105). Entretanto, segundo o autor, com o passar do tempo e em razão de fatores econômicos, políticos e religiosos, surgiram outras instituições responsáveis pela educação, como a escola e a igreja.

As primeiras tentativas de ensino formal em localidades rurais surgiram com o fim do II Império e ampliaram-se na primeira metade do século XX. De acordo Leite (2002), este fato é explicado pelo forte fluxo migratório dos anos 1910/20, no qual um grande número de pessoas partiu de áreas rurais em direção a regiões em processo de industrialização. Nesta lógica, o autor revela que,

A Educação Rural no Brasil, por motivos sócio-culturais, sempre foi relegada a planos inferiores, e teve por retaguarda ideológica o elitismo acentuado do processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação política ideológica da oligarquia agrária, conhecida popularmente na expressão: “gente da roça não carece de estudos. Isto é coisa de gente da cidade” (LEITE, 2002, p. 14).

Para Mézaros (2005), a educação legitimada nos moldes de produção capitalista está objetivada no propósito de fornecer mão de obra qualificada e de baixo custo, além do estabelecimento de valores morais que sustentem os interesses dominantes, visando à expansão deste sistema.

Segundo Santos (2010), a escola vem desenvolvendo um modelo de educação que atende principalmente às exigências políticas e econômicas, e que não corresponde às demandas sociais e humanas dos indivíduos que a compõem, particularmente as escolas voltadas à classe trabalhadora.

Em contrapartida a esta concepção, a partir de 1980 surgem movimentos sociais e disputas que “desencadeiam mudanças de nomenclatura, de perspectiva e de concepção de homem, escola, saberes, mundo, trabalho e, sobretudo, o modo de pensar a educação rural, a qual passa a ser educação do campo” (MACHADO, 2017, p. 04).

Uma escola do campo não é, afinal, um tipo diferente de escola, mas sim é a escola reconhecendo e ajudando a fortalecer os povos do campo como sujeitos sociais, que também podem ajudar no processo de humanização do conjunto da sociedade, com lutas, sua história, seu trabalho, seus saberes, sua cultura, seu jeito (CALDART, 2011, p.110).

Ela surge como crítica a uma forma de ensino que não leva em consideração as especificidades, os saberes e a historicidade dos povos camponeses. Portanto, “os sujeitos do campo participam de lutas sociais, sonham, têm nomes e rostos, lembranças, gêneros, etnias. Cada sujeito individual e coletivamente se forma na relação de pertença a terra e nas formas de organização solidária” (MACHADO, 2017, p. 06).

Pela promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996, a educação do campo caracteriza-se como àquela que ocorre nas instituições escolares encontradas na área rural.

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996, p.16).

Para Leite (1999), as orientações contidas no art. 28 postas por esta LDB despontam como uma conquista para os movimentos pró Educação do Campo, pois orienta a construção de um plano pedagógico que seja realista à vida no campo. Porém, ressalta o fato de não abordarem ainda questões relacionadas às práticas pedagógicas ou à participação comunitária no processo escolar.

Através do decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, a Educação do Campo sofre uma consolidação importante, pois este documento ressalta seus princípios, como “o respeito à diversidade, a formulação de projetos políticos pedagógicos específicos, o desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação e a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo” (BRASIL, 2012, p. 06).

Neste decreto, fica acertado também em seu artigo 1º, que a escola do campo é “aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo” (BRASIL, 2012, p. 81).

A proposta de escolas para a população que vive no campo requer professores que compreendam o que é este local e suas particularidades. Desta forma,

É necessário investir, de maneira enfática, numa formação pedagógica multiculturalmente orientada que resista às tendências homogeneizadoras que permeiam as políticas educacionais atuais. Para tanto a formação precisa desenvolver nos sujeitos a capacidade de questionar os conhecimentos e práticas legitimadas, provendo-os ‘contradiscursos’ (McLaren e Giroux, 2000), a fim de desmistificar as formas dominantes e incluir no centro do

currículo os conhecimentos locais que constituem o cotidiano dos educandos de classes populares (MOREIRA, 2001, p. 27).

Os professores são fundamentais na condução e criação dos processos pedagógicos, pois devem superar a reprodução de técnicas e modelos que levam somente ao conformismo do ser humano e que atendem apenas ao mercado de trabalho (MACHADO, 2017). Logo, é necessário questionar tanto o ensino que é oferecido à população rural quanto a formação dada aos professores nos mais diversos cursos de licenciatura ao longo destes anos.

O curso de Licenciatura em Química do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBA, *campus* Vitória da Conquista, propõe que, em relação à profissão, o graduando seja capaz de identificar os fatores determinantes no processo educativo, diante da realidade escolar em que atua. Dentre os fatores, estão “contexto socioeconômico, política educacional, administração escolar e fatores específicos do processo de ensino-aprendizagem de Química” (IFBA, 2017, p. 24).

Logo, os professores formados devem estar aptos a exercer sua profissão nos diferentes ambientes escolares, inclusive na zona rural, sabendo analisar os espaços em que atuam, a realidade dos seus estudantes e as metodologias adequadas para o ensino, cumprindo com as competências e habilidades determinadas pelo curso.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O artigo em questão se caracteriza como um trabalho de pesquisa inicial dos autores sobre Educação do Campo e sua relação com a formação de professores. Desta forma, os resultados e discussões acerca destas temáticas são incipientes.

A cidade de Vitória da Conquista - BA possui 11 distritos e 8 municípios circunvizinhos (PMVC, 2019), atraindo estudantes das mais diversas regiões para as redes municipal, estadual e federal de ensino. Após um breve levantamento de dados, pesquisamos em sites oficiais do Governo do Estado e do Município a oferta de Ensino Médio regular nos distritos da cidade e as respectivas escolas. Obtivemos os seguintes resultados:

Quadro 1: Escolas Estaduais nos Distritos de Vitória da Conquista.

Distritos	Ensino Médio regular	Escola
Bate pé	Sim	Anexo - Colégio Estadual Padre Luiz Soares Palmeira

Cabeceira da Jiboia	Sim	Colégio Estadual do Campo da Cabeceira da Jiboia
Cercadinho	Sim	Anexo – Colégio Estadual José Sá Nunes
Dantelândia	Não	Não possui
Iguá	Sim	Anexo – Colégio Estadual Anísio Teixeira
Inhobim	Sim	Anexo – Colégio Estadual José Sá Nunes
José Gonçalves	Sim	Colégio Estadual do Campo José Gonçalves
Pradoso	Sim	Anexo – Colégio Estadual Polivalente de Vitória da Conquista
São João da Vitória	Sim	Anexo – Colégio Estadual Rafael Spinola Neto
São Sebastião	Sim	Anexo – Colégio Estadual do Campo José Gonçalves
Veredinha	Sim	Anexo – Colégio Estadual José Sá Nunes

Fonte: Elaboração Própria (2019).

Diante dos dados levantados, observa-se a necessidade de professores de Química aptos para atender às escolas da zona rural, visto que de todos os distritos, somente um não oferta Ensino Médio regular (Dantelândia). Além disso, em todas estas localidades existem escolas municipais ofertando Ensino Fundamental regular, no qual o Licenciado em Química possui habilitação para atuar no componente de Ciências. Sendo assim, temos uma grande demanda de profissionais nestas regiões, o que requer destes o conhecimento sobre o campo, sua população, seus modos de vida.

Ao analisarmos o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Licenciatura em Química do IFBA, *campus* Vitória da Conquista, foi observado que “Educação do Campo” ou termo semelhante não é mencionado em nenhuma das partes que compõem o texto deste documento,

ou seja, não existe um componente curricular dedicado a esta temática, tampouco o tema recebe espaço de discussão em ementas de outros componentes existentes.

Através deste documento, constata-se que o profissional licenciado neste curso deve estar apto a lecionar disciplinas de Química na Educação Básica, em todos os níveis e modalidades, e que este deve ter consciência da importância de sua profissão como possibilidade de desenvolvimento social e coletivo (IFBA, 2017).

Observa-se então que existe uma lacuna na formação profissional dos discentes neste instituto, pois estes não recebem preparo adequado durante sua graduação para atuar em escolas da zona rural. Vale lembrar que, de acordo o decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, consta em seu artigo 1º que uma escola do campo também pode estar situada em área urbana, desde que seus estudantes sejam predominantemente advindos do campo (BRASIL, 2012). Sendo assim, a lacuna é ainda maior, pois podem existir escolas no município que atendam, em sua maioria, as populações da zona rural, fazendo-se necessário um profissional preparado para um processo de ensino que respeite e valorize a cultura e as especificidades de seus estudantes, trabalhando com estratégias metodológicas que correspondam ao cotidiano destes.

É fundamental que o professor compreenda a realidade em que estão inseridos os povos do campo, para que seja possível o uso da contextualização de forma efetiva no processo de ensino-aprendizagem. De acordo aos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio,

O tratamento contextualizado do conhecimento é o recurso que a escola tem para retirar o aluno da condição de espectador passivo. Se bem trabalhado permite que, ao longo da transposição didática, o conteúdo do ensino provoque aprendizagens significativas que mobilizem o aluno e estabeleçam entre ele e o objeto do conhecimento uma relação de reciprocidade. A contextualização evoca por isso áreas, âmbitos ou dimensões presentes na vida pessoal, social e cultural, e mobiliza competências cognitivas já adquiridas (BRASIL, 2000, p. 78).

Conhecendo os estudantes e se adequando às respectivas realidades, o professor possibilitará que estes sejam participantes ativos do processo educativo, proporcionando uma firme relação entre a teoria, a prática e o cotidiano. Nesta perspectiva, atendendo às competências e habilidades previstas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Química, o docente deve “assumir conscientemente a tarefa educativa, cumprindo o papel social de preparar os alunos para o exercício consciente da cidadania” (BRASIL, 2001, p. 08).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É necessário que o curso de Licenciatura em Química do IFBA, *campus* Vitória da Conquista, proporcione aos futuros professores os conhecimentos indispensáveis para atuarem em todas as regiões, incluindo a zona rural, sendo possível a estes a análise dos fatores determinantes no processo educativo dos povos camponeses.

Torna-se fundamental um componente curricular denominado “Educação do Campo” no núcleo da área de educação neste curso, que se detenha aos fatores específicos do processo de ensino e aprendizagem no campo, tendo em vista que

Os componentes curriculares desse núcleo deverão ter como centro de suas preocupações, as temáticas relativas às instituições escolares e educacionais – sua história, práticas, valores e procedimentos, as políticas públicas de educação e os estudos sobre seus agentes sociais, como alunos, professores e demais profissionais da educação (IFBA, 2017, p. 29).

Neste sentido, será possível contribuir para o desenvolvimento da educação básica na região de Vitória da Conquista - BA, a promoção da igualdade e valorização cultural das pessoas do campo, e a formação de profissionais comprometidos com o desenvolvimento social e coletivo, bem como, o reconhecimento da identidade e da importância do homem do campo para este município.

Pode-se dizer que “Educação do Campo” é um tema que vem ganhando espaço ao longo dos últimos anos, diante da luta dos Sem Terra e de outras organizações camponesas, que conquistaram políticas afirmativas que determinam a escolarização nos moldes das realidades das populações rurais. Por fim, é extremamente necessário que a comunidade científica pesquise e discuta a importância desta temática para a formação docente nas diversas áreas do conhecimento e níveis de ensino, buscando garantir os direitos conquistados por estes povos.

REFERÊNCIAS

ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel; MARTINS, Aracy Alves. **Educação do campo: desafios de professores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Química**. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Brasília: Diário Oficial da União, 2001.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES1303.pdf>. Acesso em 05 de julho de 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Diário Oficial da União, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 04 de julho de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI. **Educação do Campo: marcos normativos** – Brasília: SECADI, 2012.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio.** Ministério da Educação. Brasília, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>. Acesso em 05 de julho de 2019.

CALDART, Roseli Salete. A escola do campo em movimento. In: **Por uma educação do campo.** Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

CALDART, Roseli Salete. Sobre Educação do Campo. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos (Org.). **Educação do Campo: campo- políticas públicas – educação.** Brasília: INCRA; MDA. 2008.

DESLAURIERS, Jean-Pierre; KÉRISIT, Michèle. O delineamento de pesquisa qualitativa. In: POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre; GROULX, Lionel; LAPERRIÈRE, Anne; MAYER, Robert; PIRES, Álvaro. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** Trad. Ana Cristina Nasser. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, p. 130-153.

ENGUITA, Mariano Fernández. Do lar a fábrica, passando pela sala de aula: a gênese da escola de massas. In: ENGUITA. **A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo.** Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da Pesquisa Científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GHEDIN, Evandro; NASCIMENTO, Gabriel Rodrigues; SANTOS, José Ricardo Almeida. O Pronera como política de inclusão social no mundo do trabalho educativo. In: GHEDIN, Evandro (org.). **Educação do campo: epistemologia e práticas.** São Paulo: Cortez, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IFBA. **Projeto Pedagógico do Curso Superior de Licenciatura em Química.** Vitória da Conquista: IFBA, 2017.

IFBA. **Projeto Pedagógico Institucional.** Salvador: IFBA, 2013.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais.** São Paulo: Cortez, 1999.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em Educação: Abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986. (Coleção Temas Básicos de Educação e Ensino).

MACHADO, Luane Cristina Tractz. **Da Educação Rural à Educação do Campo:** Conceituação e Problematização. In: EDUCERE – XIII Congresso Nacional de Educação. Curitiba, 2017.

MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães de. A abordagem etnográfica na investigação científica. In: MATTOS, Carmem Lucia Guimarães de; CASTRO, Paula Almeida de. (Orgs). **Etnografia e educação:** conceitos e usos. Campina Grande: EDUEPB, 2011.

MÉSZAROS, István. **A educação para além do capital.** Trad. Isa Tavares. São Paulo: Boimtempo, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social:** Teoria, método e criatividade. 31. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. **Currículo, cultura e formação de professores.** Revista Educar, Curitiba. UFPR, 2001.

PMVC. **Dados Estatísticos.** Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista. Vitória da Conquista, 2019. Disponível em: <http://www.pmvc.ba.gov.br/dados-estatisticos/>. Acesso em 06 de Julho de 2019.

RAMAL, Camila Timpani. “**RURALISMO PEDAGÓGICO VERSUS CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO DO MST: ABORDAGENS DIVERGENTES DE PROJETOS DE EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL**”. Araraquara: UNESP, 2016. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/146681/ramal_ct_dr_ararcl.pdf?sequence=4&isAllowed=y. Acesso em 28 de agosto de 2019.

SANTOS, Janio Ribeiro dos. **Da Educação Rural à Educação do Campo:** um enfoque sobre as classes multisseriadas. IV Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade, 2010. ISSN 1982-3657.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2011.